



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino n.º 1400, Conjunto Térreo ao 801.
Bairro Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911- São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Energest S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energest S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa



opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ENERGEST S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.275	35.871
Concessionárias	5	26.433	22.727
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	3.405	5.241
Outros tributos compensáveis	6	2.664	5.294
Empréstimos a receber	7		105.305
Estoques	8	7.055	6.545
Cauções e depósitos vinculados	11	125	125
Prêmio de risco - GSF	12	541	541
Outros créditos	13	614	937
Total do Ativo Circulante		57.112	182.586
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	11	3.322	3.260
Prêmio de risco - GSF	12	45	631
Outros créditos	13	73	18
		3.440	3.909
Imobilizado	14	185.364	196.320
Intangível	15	76.284	94.795
		261.648	291.115
Total do Ativo Não circulante		265.088	295.024
TOTAL DO ATIVO		322.200	477.610
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	16	4.983	5.981
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	25.693	10.796
Outros tributos a recolher	6	2.203	3.905
Dividendos	17		26.833
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18		110.183
Benefícios pós-emprego	19	1.053	626
Encargos setoriais	20	2.371	2.245
Provisões	21		105
Outras contas a pagar	13	689	2.063
Total do Passivo Circulante		36.992	162.737
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	9	63	51
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	14.446	23.051
Benefícios pós-emprego	19	18.413	11.451
Provisões	21	6.797	6.460
Outras contas a pagar	13	254	1.085
Total do Passivo Não circulante		39.973	42.098
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22.1	3.205	3.205
Reservas de lucros	22.3	244.037	272.233
Outros resultados abrangentes	22.4	(2.007)	(2.663)
Total do Patrimônio líquido		245.235	272.775
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		322.200	477.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021
Receitas	23	227.323	308.364
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	24		
Custo do serviço de energia elétrica		(16.444)	(109.892)
Custo de operação		(48.528)	(33.285)
		<u>(64.972)</u>	<u>(143.177)</u>
Lucro bruto		<u>162.351</u>	<u>165.187</u>
Despesas e Receitas operacionais	24		
Despesas gerais e administrativas		(2.419)	(6.667)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.469)	(175)
		<u>(3.888)</u>	<u>(6.842)</u>
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		<u>158.463</u>	<u>158.345</u>
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		11.054	9.671
Despesas financeiras		(7.358)	(10.421)
		<u>3.696</u>	<u>(750)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>162.159</u>	<u>157.595</u>
Tributos sobre o lucro	26		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(33.394)	(22.017)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.941	482
		<u>(24.453)</u>	<u>(21.535)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>137.706</u>	<u>136.060</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	27		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,85667	2,82253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	137.706	136.060
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	992	1.327
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(336)	(452)
	<u>656</u>	<u>875</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>138.362</u>	<u>136.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	48.205	274.488	(3.538)	-	319.155
Redução de capital - AGE de 01/04/2020	(45.000)				(45.000)
Dividendo adicional aprovado AGO de 30/04/2021		(109.586)			(109.586)
Lucro líquido do exercício				136.060	136.060
Destinação do lucro					
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		28.729		(28.729)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(12.640)	(12.640)
Dividendos complementares				(16.089)	(16.089)
Lucro do exercício a deliberar		78.602		(78.602)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1.327		1.327
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(452)		(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.205	272.233	(2.663)	-	272.775
	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.205	272.233	(2.663)	-	272.775
Dividendo adicional aprovado AGO de 29/04/2022		(5.006)			(5.006)
Dividendo adicional aprovado AGO de 30/04/2022		(73.596)			(73.596)
Lucro líquido do exercício				137.706	137.706
Destinação do lucro					
Reserva de retenção de lucros		20.150		(20.150)	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		30.256		(30.256)	-
Dividendos Intermediários Intercalares				(87.300)	(87.300)
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			992		992
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(336)		(336)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.205	244.037	(2.007)	-	245.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		162.159	157.595
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		27.095	26.434
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		3.756	
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber		(4.080)	(4.371)
Direito de concessão - GSF			(16.346)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		5.708	8.341
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		8.996	1.001
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.990	1.077
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		896	871
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(321)	(217)
Amortização do prêmio de risco - GSF		586	541
Outros		(196)	(75)
		<u>206.589</u>	<u>174.851</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(3.706)	38.451
Outros tributos compensáveis		(4.350)	(14.495)
Estoques			(613)
Cauções e depósitos vinculados		189	956
Outros ativos operacionais		(423)	8.027
		<u>(8.290)</u>	<u>32.326</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(998)	(11.389)
Outros tributos a recolher		7.271	28.459
Benefícios pós-emprego		(615)	(385)
Obrigações sociais e trabalhistas		(752)	(39)
Encargos setoriais		(589)	(316)
Provisões		(1.759)	(1.552)
Outros passivos operacionais		(1.687)	(7.874)
		<u>871</u>	<u>6.904</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>199.170</u>	<u>214.081</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.188)	(18.270)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>180.982</u>	<u>195.811</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(1.176)	(2.537)
Empréstimos a receber		109.385	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>108.209</u>	<u>(2.537)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social líquido do custo de emissão			(45.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(192.735)	(146.535)
Amortização do principal de debêntures		(100.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(15.891)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(161)	(158)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	29.1	<u>(308.787)</u>	<u>(191.693)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(19.596)</u>	<u>1.581</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		16.275	35.871
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		35.871	34.290
		<u>(19.596)</u>	<u>1.581</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Geração do valor adicionado	<u>264.804</u>	<u>371.866</u>
Receita operacional	263.323	352.434
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.481	19.432
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(34.443)</u>	<u>(153.091)</u>
Custos da energia comprada	(5.505)	(129.078)
Encargos de uso da rede elétrica	(12.603)	(10.011)
Materiais	(2.237)	(2.270)
Serviços de terceiros	(10.715)	(9.314)
Outros custos operacionais	(3.383)	(2.418)
Valor adicionado bruto	<u>230.361</u>	<u>218.775</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(27.095)	(26.546)
Valor adicionado líquido produzido	<u>203.266</u>	<u>192.229</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	11.665	10.153
Valor adicionado total a distribuir	<u>214.931</u>	<u>202.382</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	1.734	3.424
Benefícios	8.855	1.024
FGTS	(281)	207
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	59.479	49.527
Estaduais	11	1.524
Municipais	22	21
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	7.358	10.421
Aluguéis	47	174
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio		12.640
Dividendos	87.300	16.089
	<u>164.525</u>	<u>95.051</u>
Lucros retidos	50.406	107.331
	<u>214.931</u>	<u>202.382</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da VH Hydro Brasil Holding S.A. (VH Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, possui filiais em Baixo Guandu/ES e São José dos Campos/SP e tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

A Energest é concessionária da usina hidrelétrica de Mascarenhas (UHE Mascarenhas), com capacidade instalada de 198MW e localizada no Rio Doce, no município de Baixo Guandu, estado do Espírito Santo.

1.1 Mudança de controle acionário

Em 30 de agosto de 2022 a EDP - Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou um contrato de compra e venda de ações junto à VH GSEO UK Holdings Limited, uma subsidiária da Victory Hill Global Sustainable Energy Opportunities para alienar a totalidade das ações detidas por ela, correspondente a 100% do Capital social da Companhia.

Em 07 de dezembro de 2022, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a alienação das ações, fazendo da VH Brasil, a partir desta data, a controladora integral da Companhia.

1.2 Concessão

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração de energia elétrica em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995	12/03/2027

O contrato de concessão tem duração de 30 anos, com extensão por mais 19,8 meses decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20, podendo ser prorrogado pelo exercício de até 20 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, e mediante requerimento da concessionária.

Da energia assegurada de 134,8MWm, a Companhia possui comercializado 101,74MWm nos seguintes ambientes: (i) 23,00MWm no Ambiente de Contratação Regulada – ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, negociados principalmente com terceiros; e (ii) 78,74MWm no Ambiente de Contratação Livre – ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Notas 5 e 10).

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O Projeto de Lei 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *General Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e de sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 13 de agosto de 2020 foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020.

Em 09 de setembro de 2020 foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, e estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº56/20 para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. No dia 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF. A Consulta encerrou-se em 23 de outubro, e recebeu 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes (entre os quais está a Companhia), a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentarão a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a ANEEL deu prazo de 90 dias – contados a partir da publicação da Resolução – para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

A CCEE cumpriu a atualização dos cálculos e envio de novos valores à ANEEL em 1º de março de 2021. Durante o mês de março, a Agência avaliou os resultados e programou a homologação para a Reunião de Diretoria em 30 de março de 2021. No entanto, em avaliação de pedidos de reconsideração de alguns agentes no âmbito do processo, houve o entendimento de que o ressarcimento do risco não hidrológico deveria também alcançar usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015. Dessa forma, para homologar uma única extensão de outorga (uma vez que há usinas que se encaixam nas duas situações de ACR e ACL), o relator decidiu adiar o processo para que a CCEE reprocessasse o cálculo e publicasse novos valores para homologação.

Durante o período de avaliação, ocorreu a tramitação e aprovação da MP nº 1.031/21 (MP da Eletrobras) em 23 de fevereiro de 2021 no Senado, com emenda incorporada ao texto legal para reconhecer o ressarcimento do risco não hidrológico para as usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015.

Conhecidos os valores, o aceite da proposta implicará abrir mão de futuros questionamentos judiciais da matéria pelas usinas.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com base nas informações, e considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, embora não tenha sido alcançado o início de pagamentos ainda em dezembro de 2020, o resultado da regulamentação foi benéfico aos agentes hidrelétricos, uma vez que foi reconhecido o direito à indenização por danos adicionais ao MRE que não haviam sido considerados na proposta inicial. Ademais, a CCEE apontou publicamente que possibilitará parcelamento dos débitos, dando celeridade ao destravamento do MCP, que represa R\$8,9 bilhões. Os valores de GSF a serem pagos serão compensados no crédito que já consta na CCEE (posição líquida do agente).

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 21 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão dos preceitos da Resolução ANEEL nº 895/2020. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto a Companhia procedeu com o registro contábil conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos aceitos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 18,07 meses (correspondentes a R\$96.898) no prazo de sua concessão.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182/21, conversão da MP nº 1.031, que trata da desestatização da Eletrobras. Entre outros temas, quanto ao GSF, o artigo 18 da referida lei, alterou a Lei nº 13.203/15, a respeito da parcela da energia do ACR pré-2015 considerada até então não repactuada, permitindo agora sua repactuação nos mesmos termos da Lei nº 14.052/20 (GSF do ACL). No exercício de 2021 a Companhia procedeu com o complemento no incremento no prazo de concessão equivalente a 1,7 meses, (correspondente a R\$10.867). Sendo assim, o incremento no prazo de extensão da outorga da Companhia, considerando o ACL e ACR, equivale a 19,8 meses, correspondendo ao montante total de R\$107.765. O referido registro foi efetuado no Intangível (Nota 15) em contrapartida de Gastos operacionais (Nota 24) .

1.2.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 12,27% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de março de 2023.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 28.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 19.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28.1.2.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 21.1) e Plano de Benefícios pós-emprego (Nota 19).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo ela também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia- mento	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Não informado momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Resolução Autorizativa - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.255 com a extensão de 604 dias no prazo da outorga da UHE Mascarenhas.

3.2 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 134,8MW para 128,1MW.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	2.956	10.954
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	13.319	24.917
Total	16.275	35.871

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 90,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	25.142	21.608
Energia de curto prazo	1.291	1.119
	26.433	22.727
	26.433	22.727

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.2.5.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.241			219	6.131	(2.295)	(5.891)	3.405
Total Circulante	5.241	-	-	219	6.131	(2.295)	(5.891)	3.405
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	3.602	2.974		102		(3.864)	(2.814)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	94	2.927					(549)	2.472
Outros	1.598	4	(1.410)					192
Total Circulante	5.294	5.905	(1.410)	102	-	(3.864)	(3.363)	2.664
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.796	33.394			(12.057)		(6.440)	25.693
Total Circulante	10.796	33.394	-	-	(12.057)	-	(6.440)	25.693
Outros tributos a recolher								
ICMS	12	234			(215)			31
PIS e COFINS	1.809	24.888			(17.625)	(4.263)	(2.814)	1.995
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	92	530			(522)			100
IRRF sobre juros s/ capital próprio	1.896					(1.896)		-
Encargos com pessoal	96	943			(962)			77
Total Circulante	3.905	26.595	-	-	(19.324)	(6.159)	(2.814)	2.203

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Empréstimos a receber

O montante de R\$105.305 em 31 de dezembro de 2021 referente ao mútuo entre a Companhia e sua antiga controladora, com vigência de 03 de julho de 2020 a 02 de julho de 2022, no valor principal de R\$100.000, com custo de 100,3% do CDI, tendo como forma de pagamento o principal e juros em parcela única ao final do contrato, foi totalmente recebido durante o exercício de 2022.

8 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.055 (R\$6.545 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 14) pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$1.690 (R\$1.732 em 31 de dezembro de 2021). Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

9 Tributos diferidos

	Passivo		
	Nota	Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS		63	51
Imposto de renda e contribuição social	9.1	14.446	23.051
Total		14.509	23.102

9.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Diferenças temporárias								
Provisão para perdas com projetos	2.695	2.695						
Benefício pós-emprego	5.616	2.767			2.849	211		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.251	2.113			138	(26)		
Benefício pós-emprego - outros resultados abrangentes	1.034	1.370					(336)	(452)
Direito de concessão - GSF			25.022	31.028	6.006	54		
Licenças ambientais	430	(31)	75	(391)	(5)	182		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	81	88	74	86	5	2		
Outras	81	91	1.463	1.421	(52)	59		
Total diferenças temporárias	12.188	9.093	26.634	32.144	8.941	482	(336)	(452)
Total bruto	12.188	9.093	26.634	32.144	8.941	482	(336)	(452)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(12.188)	(9.093)	(12.188)	(9.093)				
Total	-	-	14.446	23.051				

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>Total Não circulante</u>
2.438	2.438	2.438	2.437	2.437	12.188

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua antiga controladora (Nota 17) e do mútuo (Nota 7), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua antiga controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	
				31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	2022	2021
Concessionárias (Nota 5)									
Venda de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle comum	272,24	01/01/2008 a 31/12/2037	39				311	311
EDP Trading	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	14.922				176.550	244.084
EDP Espírito Santo	Controle comum	266,80	01/01/2008 a 31/12/2037	86				657	659
Porto do Pecém	Controle comum	348,16	01/03/2020 a 31/03/2021						36.686
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	147,12	01/01/2017 a 31/12/2046	449				5.321	5.284
CEJA	Controle Comum	126,57	01/01/2017 a 31/12/2046	60				712	707
				15.556	-	-	-	183.551	287.731
Fornecedores (Nota 16)									
Uso do sistema de distribuição									
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/08/2005 a 17/07/2025			837		(10.125)	(8.845)
Suprimento de Energia Elétrica									
EDP Trading	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022			646		(2.726)	(84.932)
Porto do Pecém	Controle comum	39,68	01/03/2020 a 31/03/2021						(12.412)
				-	-	1.483	-	(12.851)	(106.189)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)									
Compartilhamento dos serviços de Recursos Humanos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022		10		128	(353)	(1.236)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)									
EDP Espírito Santo	Controle comum		11/03/2021 a 10/03/2025		2		5	(1)	(9)
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2022				3	(35)	(29)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2022				2	(2)	(2)
Opções de ações outorgadas da antiga controladora									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2022				194		140
Contrato de prestação de serviços (c)									
EDP Trading	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024				110	(972)	(1.325)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de <i>Backoffice</i> (d)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2024				102	(357)	(515)
				-	12	-	544	(1.720)	(2.976)
				15.556	12	1.483	544	168.980	178.566

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a antiga controladora EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da antiga controladora final EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade EDP São Paulo, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre aquela companhia e as partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência

(c) Contratos de prestação de serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de Pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 01 de janeiro de 2020 com término em 31 de dezembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$2.538, a ser pago em parcelas mensais de R\$42, atualizado anualmente pelo IPCA.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 31 de dezembro de 2024.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. O contrato de compartilhamento de atividades de *backOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, o grupo EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II e, conseqüentemente, a partir desta data as mesmas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto então à antiga controladora.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, o grupo EDP - Energias do Brasil alienou a Companhia Energest e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à antiga controladora.

10.1 Controladora direta e final

Em 07 de dezembro de 2022, foi concluída a transferência de 100% das ações da Companhia da EDP Energias do Brasil S.A. para a VH Hydro Brasil Holding S.A., após a devida obtenção da anuência da ANEEL.

Após a conclusão da transferência das ações da Companhia, a controladora direta e final da Companhia é a VH Hydro Brasil Holding S.A., sendo esta controlada pela Victory Hill Global Sustainable Energy Opportunities (Victory Hill ou GSEO), fundo listado na Bolsa de Valores de Londres (*London Stock Exchange*) sob o *ticker* LON: GSEO. A Paraty Energia Ltda., por meio de sua afiliada Paraty Geração de Energia e Participações Ltda. (Paraty) é acionista minoritária da VH Brasil.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Remuneração anual total da Administração

	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração (a)	99	134
Benefícios de curto prazo (b)	33	39
Benefícios - Previdência privada	1	17
Remuneração baseada em ações (Nota 10.2.1.1)	60	101
Total	193	291

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10.2.1.1 Remuneração baseada em ações

As ações dos Planos de Remunerações II e IV foram exercidas em 24 de junho de 2022.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****11 Cauções e depósitos vinculados**

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	3.260	140	251	(174)	(155)	3.322
Outros cauções	125					125
	<u>3.385</u>	<u>140</u>	<u>251</u>	<u>(174)</u>	<u>(155)</u>	<u>3.447</u>
Circulante	125					125
Não circulante	3.260					3.322
Total	<u>3.385</u>					<u>3.447</u>

12 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$586 (R\$1.172 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R\$541 (R\$541 em 2021).

13 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar		2	2		
Ressarcimento de custos – RGR			115		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10		644		12
Despesas pagas antecipadamente		286	152		
Outros		326	24	73	6
Total		<u>614</u>	<u>937</u>	<u>73</u>	<u>18</u>
Outras contas a pagar - Passivo					
Credores diversos - consumidores e concessionárias			646		
Folha de pagamento		69	62		497
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10				546
Arrendamentos e aluguéis		113	90	253	42
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.1	506	1.258		
Outros		1	7	1	
Total		<u>689</u>	<u>2.063</u>	<u>254</u>	<u>1.085</u>

13.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

14 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		1		1		1		1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,55	45.700	(28.194)	17.506	2,55	45.700	(27.627)	18.073
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,08	21.592	(16.361)	5.231	3,08	21.592	(16.131)	5.461
Máquinas e equipamentos	3,13	235.955	(87.456)	148.499	3,13	232.589	(80.091)	152.498
Veículos	14,29	100	(84)	16	14,29	100	(70)	30
Móveis e utensílios	6,25	787	(182)	605	6,25	756	(133)	623
		<u>304.135</u>	<u>(132.277)</u>	<u>171.858</u>		<u>300.738</u>	<u>(124.052)</u>	<u>176.686</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	12,00	1.024	(520)	504	12,00	997	(370)	627
Veículos	14,29	252	(150)	102	14,29	252	(114)	138
Móveis e utensílios	23,29	43	(31)	12	23,29	36	(24)	12
		<u>1.319</u>	<u>(701)</u>	<u>618</u>		<u>1.285</u>	<u>(508)</u>	<u>777</u>
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	93	(17)	76	3,33	93	(14)	79
		<u>93</u>	<u>(17)</u>	<u>76</u>		<u>93</u>	<u>(14)</u>	<u>79</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>305.547</u>	<u>(132.995)</u>	<u>172.552</u>		<u>302.116</u>	<u>(124.574)</u>	<u>177.542</u>
Ativos de direito de uso (Nota 14.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,16	176	(176)		11,16	176	(127)	49
Máquinas e equipamentos	33,33	103	(60)	43	33,33	103	(26)	77
Total Ativos de direito de uso		<u>279</u>	<u>(236)</u>	<u>43</u>		<u>279</u>	<u>(153)</u>	<u>126</u>
Imobilizado em curso								
Geração		12.639		12.639		18.630		18.630
Administração		130		130		22		22
Total do Imobilizado em curso		<u>12.769</u>	<u>-</u>	<u>12.769</u>		<u>18.652</u>	<u>-</u>	<u>18.652</u>
Total Imobilizado		<u>318.595</u>	<u>(133.231)</u>	<u>185.364</u>		<u>321.047</u>	<u>(124.727)</u>	<u>196.320</u>

14.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos à locação de imóveis para diretores.
- **Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de locação de máquinas e equipamentos: (i) escavadeira, (ii) retroescavadeira hidráulica, (iii) caçamba; e (iv) caminhão munck para reparos civis.

14.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificações	Baixas	Outros	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço									
Terrenos		1							1
Reservatórios, barragens e adutoras		18.073			(567)				17.506
Edificações, obras civis e benfeitorias		5.540			(233)				5.307
Máquinas e equipamentos		153.125		3.393	(7.515)				149.003
Veículos		168			(50)				118
Móveis e utensílios		635		39	(57)				617
Total do Imobilizado em serviço		<u>177.542</u>	<u>-</u>	<u>3.432</u>	<u>(8.422)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>172.552</u>
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias		49	149		(59)			(139)	-
Máquinas e equipamentos		77			(34)				43
Veículos		-	204		(38)			(166)	-
Total Ativos de direito de uso		<u>126</u>	<u>353</u>	<u>-</u>	<u>(131)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(305)</u>	<u>43</u>
Imobilizado em curso									
Máquinas e equipamentos	14.2.1 e 14.2.2	16.919	1.080	(3.432)		267	(3.756)		11.078
Outros		1.733	225			(267)			1.691
Total do Imobilizado em curso		<u>18.652</u>	<u>1.305</u>	<u>(3.432)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.756)</u>	<u>-</u>	<u>12.769</u>
Total do Imobilizado		<u>196.320</u>	<u>1.658</u>	<u>-</u>	<u>(8.553)</u>	<u>-</u>	<u>(3.756)</u>	<u>(305)</u>	<u>185.364</u>

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****14.2.1 Ingressos - Máquinas e equipamentos**

O ingresso de R\$1.080 em máquinas e equipamentos refere-se, substancialmente, aos materiais e serviços para instalação e substituição do mancal da turbina UG03.

14.2.2 Baixas - Máquinas e equipamentos

A baixa de R\$3.756 em máquinas e equipamentos refere-se, substancialmente, ao reembolsado de seguro referente ao sinistro UG4.

15 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15.1 Composição do intangível

	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	447	(429)	18	20,00	447	(412)	35
Direito de concessão - Licenças ambientais	52,17	766	(737)	29	52,00	766	(620)	146
Direito de concessão - GSF	16,39	107.765	(34.169)	73.596	16,39	107.765	(16.507)	91.258
		108.978	(35.335)	73.643		108.978	(17.539)	91.439
Administração								
Software	20,00	4.625	(2.184)	2.441	20,00	4.234	(1.294)	2.940
		4.625	(2.184)	2.441		4.234	(1.294)	2.940
Total do Intangível em serviço		113.603	(37.519)	76.084		113.212	(18.833)	94.379
Intangível em curso								
Administração		200	-	200		416	-	416
Total do Intangível em curso		200	-	200		416	-	416
Total do Intangível		113.803	(37.519)	76.284		113.628	(18.833)	94.795

15.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço						
Software		2.975		392	(908)	2.459
Direito de concessão - Licenças ambientais		146			(117)	29
Direito de concessão - GSF	15.2.1	91.258			(17.662)	73.596
Total do Intangível em serviço		94.379	-	392	(18.687)	76.084
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso		416	176	(392)		200
Total do Intangível em curso		416	176	(392)	-	200
Total Intangível		94.795	176	-	(18.687)	76.284

15.2.1 Direito de concessão - GSF

Refere-se à extensão de concessão do GSF no ACR conforme citado na nota 3.1, estimado pela Companhia com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/202 e Lei nº 14.182/21. Os montantes estão sendo amortizados pelo novo prazo de concessão.

16 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	292	646
Encargos de uso da rede elétrica	1.125	874
Operações CCEE		332
Materiais e serviços	3.566	4.129
Total	4.983	5.981

(*) Não existem garantias de compras de energia em 31 de dezembro de 2022.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****17 Dividendos**

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

	<u>Dividendos</u>				
	<u>31/12/2021</u>	<u>Adicionais</u>	<u>Interme- diários</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo					
EDP - Energias do Brasil	26.833	78.602		(105.435)	-
VH Hydro Brasil Holding	-		87.300	(87.300)	-
Total	<u>26.833</u>	<u>78.602</u>	<u>87.300</u>	<u>(192.735)</u>	

Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGO, realizada em 29 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma: (i) R\$28.729 como Reserva de Incentivo Fiscal; (ii) R\$12.640 como JSCP, sendo R\$10.744 líquido de Imposto de renda, contabilizado no exercício de 2021; e (iii) R\$94.691 como dividendos adicionais. Os dividendos e JSCP foram pagos integralmente no exercício de 2022.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2021				
									Encargos		Principal		Total
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Notas Promissórias (1ª Emissão)	100.000	15/05/2020	100.000	15/05/2020 a 16/05/2022	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 2,75% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	10.545	-	100.000	-	110.545
(-) Custo de transação	(1.780)	15/05/2020	(1.780)	15/05/2020 a 16/05/2022				Principal e juros com parcela única ao final do contrato	-	-	(362)	-	(362)
Total									10.545	-	99.638	-	110.183

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante					
Principal	100.000	(100.000)			-
Juros	10.545	(15.891)	5.346		-
Custo de Transação	(362)			362	-
	<u>110.183</u>	<u>(115.891)</u>	<u>5.346</u>	<u>362</u>	<u>-</u>

19 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados.

A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios	1.053	626	18.413	11.451
	<u>1.053</u>	<u>626</u>	<u>18.413</u>	<u>11.451</u>

19.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

19.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006 e administrado pela EnerPrev): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

19.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

19.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(577)	1.278	(701)	-
Custo do serviço corrente	(1)			(1)
Ganhos/(perdas) atuariais	147	223	(369)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(431)</u>	<u>1.501</u>	<u>(1.070)</u>	<u>-</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.1.1.3 Classes de ativos

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2022	31/12/2021
		Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	Cotado	83,29%	83,36%
Ações	Cotado	16,26%	11,55%
Imóveis	Cotado	0,17%	0,34%
Outros	Cotado	0,28%	4,75%
Total		100,00%	100,00%

No exercício de 2022, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R\$6 (R\$12 em 2021).

Para o exercício de 2022, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da antiga controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R\$3 (R\$2 em 2021).

19.1.1.4 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2022	2021
	Escelsos II	Escelsos II
Taxa de desconto - nominal	9,95%	8,69% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,30%	4,05% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Inflação	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	M2006	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

19.1.2 Plano de Contribuição Definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$78 (R\$65 em 2021).

Esses planos em 31 de dezembro de 2022 têm a adesão de 19 colaboradores (17 em 31 de dezembro de 2021).

19.2 Planos de Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

Os planos apresentam cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, cobertura correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

19.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

Em 01 de março de 2019, a Companhia iniciou o processo de alteração do Plano de Benefício Definido, a partir da troca do operador do plano de Assistência Médica, o qual utiliza a modalidade de operação (catalogada pela ANS – Agência Nacional de Saúde) sob a forma de cooperativa médica, ao invés da modalidade de seguradoras especializadas em saúde utilizada pelo antigo operador.

Tal classificação e reconhecimento estão em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que requer que na ocorrência de evento que possa ser julgado como uma redução, alteração ou liquidação de plano de benefício, a entidade deva mensurar o custo do serviço passado a partir da avaliação do valor líquido do passivo de benefício definido, utilizando o valor justo dos ativos e premissas atuariais correntes que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano antes e após a identificação do eventos.

Nesse sentido, à luz da norma, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante da modificação do plano (*encurtamento/curtailment*), devendo ser reconhecido no resultado no exercício em que ocorrer, uma vez que não estavam admitidos ou previstos nas premissas atuariais anteriores, e tampouco se tratam de serviços já prestados.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

Devido a mudança de controle da Companhia (nota 1.1), houve a necessidade de alteração das apólices de cobertura de saúde para os beneficiários do plano. Desta forma, foi alterado o operador de saúde e, consequentemente, o preço praticado na respectiva apólice. Em conformidade com o CPC 33, considera-se que houve alteração do benefício e, foi recalculado o montante inerente a esta obrigação tendo sido reconhecido na rubrica de Pessoal e Administradores o montante de R\$7.942 em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(12.077)
Custo do serviço corrente	(22)
Custo dos juros	(1.031)
Custo do serviço passado	(7.942)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	991
Contribuições pagas pela Companhia	615
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(19.466)</u>

O ganho atuarial de R\$991 no valor presente das obrigações, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2022, foi decorrente, principalmente, de mudanças nas premissas atuariais comparadas com o ano anterior relativo à taxa de desconto, inflação médica e projeção de gastos médicos (Nota 22.4).

O saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.007 (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de R\$7.942 de custo do serviços passado refere-se a alteração do benefício, recalculado o montante inerente a esta obrigação.

19.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência Médica e Seguro de Vida
Circulante	
2023	985
	<u>985</u>
Não circulante	
2024	1.086
2025	1.193
2026	1.295
2027	1.400
2028 a 2032	8.703
	<u>13.677</u>
Total	<u>14.662</u>

19.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	2022	2021
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	22	27
Custo dos juros	1.031	973
Custo do serviço passado	7.942	
Custo especial por término de benefício	(615)	(382)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	<u>8.380</u>	<u>618</u>
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(25)	130
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(966)	(1.457)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	<u>(991)</u>	<u>(1.327)</u>
Total	<u>7.389</u>	<u>(709)</u>

19.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2022			2021		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos			23			23
Participantes assistidos						
Aposentados e pensionistas	55	29		61	24	
Total	<u>55</u>	<u>29</u>	<u>23</u>	<u>61</u>	<u>24</u>	<u>23</u>

19.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológi- ca	Benefícios a Aposenta- dos	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	17.844	163	1.410
Taxa de desconto			
Aumento 10,43%	16.904	142	1.367
Aumento 9,43%	18.741	184	1.553
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	17.888	164	1.311

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

2022			
Econômicas	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,93% a.a.	9,92% a.a.	9,92% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,71% a.a. em 2022, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031	n/a	n/a
Inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
2021			
Econômicas	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	8,74% a.a.	8,77% a.a.	8,77% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2030	n/a	n/a
Inflação	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generacional	RP 2000 Generacional	RP 2000 Generacional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

20 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Quota de reserva global de reversão - RGR	13 e 23	293	3.643		(3.496)	(169)	271
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	23	1.205	4.974		(5.195)		984
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	20.1 e 23	664	2.273	18	(1.892)	(12)	1.051
Outros encargos		83	886		(904)		65
Total Circulante		2.245	11.776	18	(11.487)	(181)	2.371

20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.2.1). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE, que é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento à programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, apresentou valores repassados oriundos da referida Conta, anuidos pela ANEEL.

21 Provisões

	Nota	Circulante	Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	21.1		6.797	6.437
Licenças ambientais	21.2	105		23
Total		105	6.797	6.460

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

21.1 Provisões cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo			
	Saldo em 31/12/2021	Baixas			Saldo em 31/12/2022	Depósito judicial		
		Constituição	Pagamentos	Reversões		Atualizações monetárias	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.049	2.073	(1.367)	(735)	349	5.369	2.379	2.850
Cíveis	1.166			(79)	164	1.251		
Outros	222	235	(263)	(25)	8	177		
Total Não circulante	6.437	2.308	(1.630)	(839)	521	6.797	2.379	2.850

Não existem garantias de provisões prováveis na Companhia em 31 de dezembro de 2022.

21.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo			
		31/12/2022	31/12/2021	Depósito judicial (Nota 11)	
				31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas		1.673	1.609	244	339
Cíveis		4.866	4.028		
Fiscais	21.1.2.1	4.029	3.835		
Total		10.568	9.472	244	339

21.1.2.1 Fiscais

Discussão administrativa relativa a não homologadas pela RFB de compensações de saldo negativo de IRPJ do ano de 2010 em razão de erro sistêmico da RFB. O montante do processo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.635 (R\$2.500 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$699 (R\$71 em 31 de dezembro de 2021).

21.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo máximo da última licença obtida, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Transferências	Ajuste a	Saldo em 31/12/2022
				valor presente	
Circulante	105	(129)	26	(2)	-
Não circulante	23		(26)	3	-
Total	128	(129)	-	1	-

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$3.205. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionista	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil		0,00%	48.204.767	100,00%
Demais acionistas		0,00%	3	0,00%
VH Brasil	48.204.770	100,00%		
Total	48.204.770	100,00%	48.204.770	100,00%

22.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
- (iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		137.706	136.060
		<u>137.706</u>	<u>136.060</u>
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	17		12.640
Dividendos intermediários	17	87.300	
Dividendos complementares			16.089
Reserva de lucros		20.150	
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	22.3	30.256	28.729
Lucro do exercício a deliberar	22.3		<u>78.602</u>
		<u>137.706</u>	<u>136.060</u>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP			0,26221

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	22.3.1	9.641	9.641
Retenção de lucros	22.2	20.150	
Lucro do exercício a deliberar	22.3.2		78.602
Incentivos fiscais	22.3.3	214.246	183.990
Total		<u>244.037</u>	<u>272.233</u>

22.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

A redução e respectiva capitalização da Reserva Legal será deliberada na AGO que aprovará as contas do exercício de 2021, prevista para ocorrer em abril.

22.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

22.3.3 Incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluída da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 26.1).

22.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme as regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2022
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(4.033)	1.841	(849)		(3.041)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.370			(336)	1.034
	<u>(2.663)</u>	<u>1.841</u>	<u>(849)</u>	<u>(336)</u>	<u>(2.007)</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	23.1	942.825	1.619.325	257.211	345.473
Energia de curto prazo		73.777	29.368	6.108	6.955
Outras receitas operacionais				4	6
Receita operacional bruta		1.016.602	1.648.693	263.323	352.434
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS				(24.357)	(32.522)
				(24.357)	(32.522)
Encargos do consumidor	20				
P&D				(2.273)	(3.033)
RGR				(3.643)	(3.817)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(4.841)	(3.921)
Outros encargos				(886)	(777)
				(11.643)	(11.548)
				(36.000)	(44.070)
Receita		1.016.602	1.648.693	227.323	308.364

23.1 Suprimento de energia elétrica

A variação refere-se substancialmente a diminuição do volume de energia vendida comparada ao mesmo período do exercício anterior.

24 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	11.438				11.438
Encargos de uso da rede elétrica		4.908				4.908
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2		12.039			12.039
Material			1.181			1.181
Serviços de terceiros	24.3		7.994	1.474		9.468
Depreciação - Imobilizado em serviço			8.277			8.277
Depreciação - Ativos de direito de uso				131		131
Amortização			18.680	7		18.687
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.469	1.469
Arrendamentos e aluguéis			47			47
Outras		98	310	807		1.215
Total		16.444	48.528	2.419	1.469	68.860

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2021				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	116.983				116.983
Encargos de uso da rede elétrica		9.085				9.085
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	1.2	(16.346)				(16.346)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2		3.902	1.429		5.331
Material			452	422		874
Serviços de terceiros	24.3		2.525	1.948		4.473
Depreciação - Imobilizado em serviço			7.997	152		8.149
Depreciação - Ativos de direito de uso				245		245
Amortização			18.019	21		18.040
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					175	175
Arrendamentos e aluguéis			173			173
Outras		170	217	2.450		2.837
Total		109.892	33.285	6.667	175	150.019

24.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	24.1.1	2.725	97.344
Energia de curto prazo	24.1.2	3.034	57.645
Outros		7.277	(10.328)
(-) Ressarcimentos CCEE	24.1.3	(1.098)	(15.754)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(500)	(11.924)
Total		11.438	116.983

24.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício deve-se substancialmente à redução do volume de compra de energia necessário para atender a estratégia de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, quando comparado à 2021, que foi um ano em que ocorreram condições hidrológicas adversas e preços de mercado mais altos, alcançando uma média de R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021 e R\$59/MWh (Submercado SE/CO) em 2022.

24.1.2 Energia de curto prazo

A variação no período refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$59/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

24.1.3 Ressarcimentos CCEE

A diminuição no exercício refere-se, substancialmente, à proteção da repactuação do risco hidrológico ter sido mais efetiva em 2021, quando comparado a 2022. Adicionalmente, os maiores valores de PLD em 2021 devido à crise hidrológica também impactaram no maior recebimento de ressarcimentos devido à repactuação neste ano quando comparado a 2022.

24.2 Pessoal e Administradores

	Nota	2022	2021
Pessoal			
Remuneração		2.011	2.346
Encargos		2.049	913
Previdência privada - Corrente		112	130
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada	19.2.1	7.942	1
Programa de demissão voluntária		7	
Despesas rescisórias		(561)	773
Participação nos lucros e resultados - PLR		287	332
Outros benefícios - Corrente		770	844
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial		23	27
Outros		55	15
		<u>12.695</u>	<u>5.381</u>
Administradores			
Honorários e encargos		160	83
Benefícios dos administradores		(816)	(133)
		<u>(656)</u>	<u>(50)</u>
		<u>12.039</u>	<u>5.331</u>

24.3 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	2.419	1.697
Serviços de manutenção	4.564	2.793
Serviços de limpeza e vigilância	816	622
Serviços ambientais	976	5
Serviços de informática	620	877
Serviços de publicação e publicidade	144	
Serviços de telecomunicações	72	298
Serviços de transporte	75	86
Serviços Compartilhados	306	469
(-) Crédito de PIS/COFINS	(694)	(2.655)
Outros	170	281
	<u>9.468</u>	<u>4.473</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		5.675	1.931
Energia vendida		392	3.411
Depósitos judiciais	11	251	102
Contratos de mútuo	7	4.079	4.371
Juros e multa sobre tributos	6	321	217
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(611)	(482)
Outras receitas financeiras		947	121
		<u>11.054</u>	<u>9.671</u>
Despesas financeiras			
Empréstimos e financiamentos	18.2	(5.708)	(8.341)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1.1	(521)	(1.049)
Benefícios pós-emprego	19.2.2	(1.031)	(973)
Arrendamentos e alugueis		(45)	
Outros juros e variações monetárias		(4)	(9)
Outras despesas financeiras		(49)	(49)
		<u>(7.358)</u>	<u>(10.421)</u>
Total		<u>3.696</u>	<u>(750)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro			
Aliquota		162.159	157.595
IRPJ e CSLL		34%	34%
		<u>(55.134)</u>	<u>(53.582)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Doações		(13)	(25)
Perdas indedutíveis			(508)
Juros sobre o capital próprio			4.298
Outras		1	43
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		209	(714)
SUDENE	26.1	30.392	28.869
Outras		92	84
Despesa de IRPJ e CSLL		<u>(24.453)</u>	<u>(21.535)</u>
Aliquota efetiva		15,08%	13,66%

26.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2009.

Em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendários de 2015 a 2024.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	137.706	136.060
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	48.205	48.205
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>2,85667</u>	<u>2,82253</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP, atualmente em processo de migração para a plataforma Protheus (Totvs). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

28.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

28.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	13.319	24.917	13.319	24.917
			<u>13.319</u>	<u>24.917</u>	<u>13.319</u>	<u>24.917</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.956	10.954	2.956	10.954
Concessionárias	5	Nível 2	26.433	22.727	26.433	22.727
Empréstimos a receber	7	Nível 2		105.305		105.305
Cauções	11	Nível 2	125	125	125	125
Outros créditos - Partes relacionadas	13	Nível 1		656		656
			<u>29.514</u>	<u>139.767</u>	<u>29.514</u>	<u>139.767</u>
			<u>42.833</u>	<u>164.684</u>	<u>42.833</u>	<u>164.684</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores	16	Nível 2	4.983	5.981	4.983	5.981
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18					
Moeda nacional		Nível 2		112.004		110.183
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2		546		546
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	390	132	366	132
Licenças ambientais	21.2	Nível 2		129		128
			<u>5.373</u>	<u>118.792</u>	<u>5.349</u>	<u>116.970</u>

28.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

28.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

28.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

28.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

28.2 Gestão de riscos

Desde 2006, a Companhia tem desenvolvido e implementado processos para monitoramento e avaliação de riscos que concernem as atividades desenvolvidas pela Companhia. Foram criados métodos e um dicionário de riscos, os quais consolidados em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

Com a alteração da estrutura acionária da Companhia a partir de dezembro de 2022, a VH Brasil e a Paraty estão incorporando os processos e as normas para monitoramento e avaliação de riscos corporativos empregados atualmente pela Companhia nos seus próprios processos e governança corporativa, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento de conflitos e interesses, sem que haja qualquer ruptura nos procedimentos adotados durante esta transição.

O gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises é realizado de modo a assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas e atividades da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria e à VH Brasil, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de políticas internas de Risco, em linha com as melhores práticas e diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns a quaisquer tipos de riscos.

28.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Aplicação financeira - CDB	CDI	13.319	1.565	1.565	389	778	(390)	(781)
		13.319	1.565	1.565	389	778	(390)	(781)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 7,6% e 13,8% a.a.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	4.813	83	87	-	-	4.983	5.981
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	546
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	-	-	-	-	-	110.183
Arrendamentos e aluguéis	10	30	73	213	40	366	132
Licenças ambientais	-	-	-	-	-	-	128
	4.823	113	160	213	40	5.349	116.970

28.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 12).

28.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	165.902	26.833
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão		549
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	353	139
Total	166.255	27.521

30 Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2022			31/12/2021		
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	6	6			12	17
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	4.203
Materiais e serviços	6.229	5.091	410	132	11.862	16.269
Prêmio de risco - GSF		1.065	2.494	710	4.269	3.915
Juros Vincendos de Empréstimos					-	5.326
	6.235	6.162	2.904	842	16.143	29.730

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022			31/12/2021		
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	6	6			12	18
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	4.344
Materiais e serviços	6.013	5.399	502	198	12.112	16.775
Prêmio de risco - GSF		1.224	3.181	1.005	5.410	5.409
Juros Vincendos de Empréstimos					-	4.679
	6.019	6.629	3.683	1.203	17.534	31.225

30.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta a garantia do tipo Seguro de vida na modalidade Aval do acionista, no montante de R\$2.767 (R\$2.811 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores em garantia de Provisões (Nota 21), estão demonstrados em sua nota explicativa.

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por normas de contratação e manutenção de seguros aprovadas pela controladora da Companhia. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	241.692	200.000		
Usinas			241.692	200.000
Linhas de Transmissão	863	863		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)		50.000	863	863
Responsabilidade civil				50.000
Transportes (materiais)		360		
Transportes (veículos)			360	360
Seguro de vida			2.811	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A VH Brasil e a Paraty possuem cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$10.000; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$40.000;

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32 Evento subsequente

32.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Eduardo Cesar Monteiro
Procurador

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6